

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO, REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE
LEIS**

Processo nº 1891/2025
Projeto de Lei nº 26/2025
Autoria: Dárcio Bracarense

PARECER TÉCNICO Nº 008

O presente parecer visa **reanalisar** a constitucionalidade da proposta legislativa que dispõe sobre a vedação da utilização de símbolos judaicos e cristãos, suas liturgias e seus dogmas em eventos e manifestações públicas no município de Vitória, que os satirizem, ridicularizem ou menosprezem. Para tanto, serão analisados os aspectos da liberdade de expressão, da proteção à liberdade religiosa e do princípio da laicidade do Estado, à luz da Constituição Federal de 1988.

Ao apresentar tal proposição ao crivo desta Comissão, inicialmente, o relator se posicionou pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei. No entanto, após debate em reunião da pasta, considerando os esclarecimentos relativos à matéria, opinou favoravelmente à sua constitucionalidade e legalidade. Essa mudança reflete o compromisso do relator com a precisão e a fundamentação jurídica, considerando novos elementos ou esclarecimentos surgidos desde a reunião anterior.

A proposta legislativa não afronta o princípio da laicidade do Estado, uma vez que a medida não propõe que o Município adote uma religião ou faça a promoção de cultos. Ao contrário, busca garantir a **proteção da dignidade dos símbolos religiosos** dentro do espaço público, impedindo que sejam usados de forma a ridicularizá-los ou menosprezá-los. Isso pode ser entendido como uma medida para assegurar que o Estado, ainda que laico, preserve a convivência pacífica e respeitosa entre as diferentes manifestações religiosas, sem favorecer nenhuma delas.

Diante do exposto, a proposta legislativa apresentada, ao vedar a utilização de símbolos judaicos e cristãos, suas liturgias e seus dogmas em manifestações públicas que os satirizem ou ridicularizem, não apresenta manifesta inconstitucionalidade, uma vez que busca equilibrar a proteção à liberdade religiosa e à dignidade da pessoa humana com o direito à liberdade de expressão.



Desta forma, nos termos supracitados e devidamente fundamentados, após detida análise técnica quanto aos aspectos de legalidade pertinentes à matéria, opino pela **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei.

Vitória, 28 de março de 2025.



Mauricio Leite
Vereador - PRD

